

SANTA CATARINA E A PROPOSTA CURRICULAR: em pauta os projetos educacionais populares

Nelita Bortolotto¹

Luciane Maria Schlindwein²

HENTZ, Paulo.

Projetos educacionais populares no contexto do Estado: um estudo da Proposta Curricular de Santa Catarina.

Caçador: Ed. da Uniarp, 2012. 184p

Desde meados da década de 1980, o Estado de Santa Catarina é palco de discussões acerca da organização e da reorganização curricular nas escolas de Educação Básica da rede estadual de ensino, num processo que é conhecido como Proposta Curricular de Santa Catarina. Contribuindo com essas discussões, encontra-se o livro *Projetos educacionais populares no contexto do Estado: um estudo da Proposta Curricular de Santa Catarina*, de Paulo Hentz.

O autor foi professor e gestor na rede estadual de Educação Básica, atuando também em órgão normativo e regulador do sistema estadual de ensino. Participa do movimento da Proposta Curricular de Santa Catarina desde seu início, na década de 1990. Atualmente, é docente na Educação Superior, onde atua na formação docente.

O livro, inicialmente publicado em alemão, originou-se de uma tese de doutorado ³ defendida pelo autor sob o título *Volksbildungsprojekte im Kontext staatlichen Handelns: eine Analyse*

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Professora da UFSC - Departamento de Metodologia de Ensino. Campus Trindade, Florianópolis. E-mail: nelbortolotto@gmail.com

² Doutora em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Professora da UFSC - Departamento de Metodologia de Ensino. Campus Trindade, Florianópolis. E-mail: lucmas@uol.com.br

³ Disponível em: <[urn:nbn:de:hbz:467-1018](http://nbn:de:hbz:467-1018)> e também em <<http://dokumentix.ub.uni-siegen.de/opus/volltexte/2005/101/>>.

des Erarbeitungs – und Revisions prozesses des Rahmenlehrplans des Bundesstaates Santa Catarina, na Universität Gesamthochschule Siegen – Fachbereich 2 – Erziehungswissenschaft, sob a orientação do professor Bernd Fichtner. Traduzido para a língua portuguesa pelo próprio autor, o livro é composto por nove capítulos, nos quais é analisada a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina como um projeto educacional voltado a interesses das camadas populares, coordenado pelo poder público.

O primeiro capítulo é introdutório à obra. Nele, o autor apresenta seus dados biográficos e seu percurso acadêmico e profissional, estabelecendo a conexão entre essas informações e o objeto da obra – a Proposta Curricular de Santa Catarina.

No segundo capítulo, o autor analisa as diferentes perspectivas da esquerda no que diz respeito ao Estado burguês e às diferentes concepções acerca de projetos educacionais populares desenvolvidos no contexto da educação brasileira. Estabelece divisões históricas nessas linhas de pensamento relativas à compreensão do Estado, entendendo-o como um espaço passível de ser conquistado pela via política, ao lado da visão de que esse organismo político-administrativo, por definição, representa os interesses burgueses. Aponta, também, posições divergentes da esquerda brasileira acerca de projetos educacionais populares.

Uma análise dos diferentes momentos da história da educação, com ênfase na produção de uma progressiva consciência do direito universal à escolarização, compõe o terceiro capítulo, no qual a história é analisada em dois momentos distintos: da Antiguidade grega até o fim da Idade Média e da Reforma Protestante até a atualidade. Nessa última parte, o autor situa a Reforma Protestante como divisor de águas entre o direito de poucos à educação escolar e o reconhecimento do direito de todos a ela. Aponta, como ilustração da defesa desse direito universal,

aspectos ligados ao pensamento de Lutero e Comênio, que utilizam o argumento religioso para justificar sua defesa da universalização da educação escolar; Kant e Hegel, que lançam mão de argumentos ligados à razão para a defesa desse direito e Humboldt e Gramsci, que o fazem com base em argumentos políticos.

No quarto capítulo, o autor traça sucintamente um percurso histórico da educação no Brasil, no qual pontua momentos marcantes, como a ação dos jesuítas, na condição de funcionários da Igreja Católica e do governo português; a imigração de alemães e italianos, e a presença de uma nova cultura relativa à escolarização; a influência do positivismo, introduzido com o movimento republicano, como antítese da pedagogia jesuítica; a nacionalização do ensino nas décadas de 1930 e 1940 como reação à presença da cultura alemã e italiana e como tentativa de consolidação da nação a partir de uma língua nacional; o surgimento da Escola Nova; as ditaduras de 1937 e 1964, e as reformas educacionais ocorridas no Brasil.

O processo histórico do movimento de discussão curricular ocorrido no Estado de Santa Catarina, sob a denominação de Proposta Curricular, é discutido no quinto capítulo. Esse movimento é contextualizado no âmbito do processo de reorganização curricular que se deu no Brasil, na segunda metade da década de 1980, quando, após o fim do regime militar iniciado em 1964, setores da universidade brasileira introduziram o pensamento marxista na área da educação, inicialmente com os textos de Antonio Gramsci, nos quais o acesso à educação é entendido como base para construir a identidade da classe trabalhadora e sua capacidade de tornar-se classe dirigente.

A comparação da Proposta Curricular de Santa Catarina, como um processo de reforma curricular, com a Reforma Educacional da Prússia, empreendida por Willhelm Von Humboldt, é o objeto do sexto capítulo. Nessa comparação, o autor aborda as

semelhanças e as diferenças entre os dois processos. Do que há de comum entre eles, destaca o Estado como ponto chave, a ação com profissionais de alto preparo científico, a relação da pedagogia científica com a política educacional e o fato de ambos os processos terem reflexos nos interesses das camadas populares.

No sétimo capítulo, o autor caracteriza o objeto da pesquisa – a Proposta Curricular de Santa Catarina – como projeto educacional vinculado a interesses populares. Apresenta, nesse capítulo, as argumentações na direção da possibilidade de desenvolver projetos educacionais de caráter popular no contexto do Estado, partindo do pressuposto de que este não é um ser impessoal, mas composto por agentes, dos quais muitos podem ser, segundo a concepção de Gramsci, intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. Aponta a Proposta Curricular de Santa Catarina como um movimento que se constitui com essa caracterização.

O oitavo capítulo se propõe a consolidar, com dados empíricos, a consistência da argumentação realizada nos capítulos anteriores. Nele, é estabelecida a comparação dos índices de desempenho da rede escolar de Educação Básica de Santa Catarina – determinados por avaliação externa –, apresentados antes do início do movimento da Proposta Curricular no Estado com os obtidos depois, ou seja, no decorrer desse movimento.

Finalmente, no nono capítulo, o autor, como forma de concluir e conferir/dar unidade as suas ideias, procura aproximá-las entre si. Retoma, assim, o movimento da Proposta Curricular, situando-o em seu contexto teórico materialista histórico. Retoma também o conceito de Estado e de interesses populares, realizando, em síntese, a conexão entre esses conceitos, centrais na obra.

O livro apresenta, como aspectos significativos, uma abordagem da história da educação no Ocidente, a partir da

Reforma Protestante, como um processo de progressiva universalização do direito de todos à escolarização; a análise de um movimento que teve e continua tendo um significado marcante na história recente da educação pública do Estado de Santa Catarina (a Proposta Curricular); as conexões do processo histórico da educação no Brasil e no mundo com o pensamento de autores clássicos, além da linguagem clara, mesmo na abordagem de assuntos complexos.

A obra é recomendada a quem tem interesse na história recente da educação em Santa Catarina; aos que querem aprofundar seus conhecimentos acerca do movimento da Proposta Curricular de Santa Catarina; aos que desejam cotejar a história da educação brasileira e do Ocidente com o pensamento de filósofos e políticos de diferentes tempos, desde a Reforma Protestante até o século XX.

Recebido em 10/06/2013

Aprovado em 22/06/2013